

Saúde elabora plano contra a desnutrição

O GLOBO 29-7-56

O Ministro da Saúde, Paulo de Almeida Machado, anunciou ontem, em conferência na Escola Superior de Guerra, que está em fase final de elaboração o plano que prevê o fornecimento de alimentos para a superação de casos de desnutrição grave.

— Isso é um medicamento que o Governo dá, não é paternalismo alimentar — observou o Ministro —. O plano prevê a assistência alimentar ao grupo materno-infantil, porque a desnutrição da gestante e a desnutrição da primeira infância são os problemas maiores, inclusive como fonte de doenças mentais.

Ao falar sobre o problema da subnutrição, e particularmente do Plano que anunciou, o Ministro da Saúde destacou também a necessidade de ser dado apoio ao pequeno agricultor e disse que o programa “tem de sair da área específica do setor de saúde, requerendo uma colaboração interministerial, para transformar-se num verdadeiro programa de Governo, que comece pela produção de gêneros alimentícios, passe pela distribuição e vá à industrialização”.

Colaboração

— A saúde, se entendida como o bem-estar físico e mental de uma população, é componente indissolúvel do desenvolvimento social e é condição de estabilidade para os países já desenvolvidos. A concepção de um bom nível de saúde está intimamente relacionada com a boa qualidade de vida, e este objetivo é conseguido pela colaboração de toda a comunidade, pela colaboração de indivíduos e associações comunitárias e dos governos municipal, estadual e federal. E' uma tarefa de todos, não é uma tarefa exclusiva do Governo.

Assinalou que “ao Ministério da Saúde cabe ditar as normas do setor e exercer o mínimo de fiscalização do Governo Federal, realizar certas ações diretas no campo da saúde coletiva e planejar a formação de recursos humanos e medidas no campo da saúde.

Meio ambiente

Assinalou o Ministro que hoje, a saúde é o produto da interação homem-meio ambiente e que estamos em um País e numa época em que as condições do meio ambiente “são necessariamente fluidas”.

Lembrou que no Brasil os problemas de saúde estão constantemente em evolução e que há fatores extraordinários e conjunturais que influem na saúde do povo:

— Erradicamos a malária no litoral, mas trabalhadores, retornando das frentes pioneiras da Amazonia, trazem de volta a malária, e surgem surtos aqui e ali, exigindo uma estrutura permanente de saúde pública, para vigilância e controle desses pequenos surtos.

Disse ainda que, em nosso país, há mudanças crescentes no meio-ambiente e, por outro lado, uma população que cresce exageradamente, exigindo cada vez mais alimentos. Dai haver problemas de desnutrição, sobretudo desnutrição materno-infantil, com consequente perda da capacidade intelectual das futuras gerações. “E' um problema que exige um sistema muito amplo de prevenção, e que forçosamente exige uma participação multi-institucional”.

Prevenção

O Ministro destacou a importância tanto da medicina preventiva quanto da curativa, e “as razões de interesse coletivo e as de interesse individual”.

— Existem doenças que cabe ao homem decidir se quer ou não tratar-se. Exemplo: reumatismo, apendicite. Nestes casos, o problema é do próprio indivíduo. Mas se ele tem uma tuberculose, uma malária, uma esquistossomose, uma hanseníase, o problema muda de figura. Ele não tem o direito de fugir ao tratamento, porque essas enfermidades representam perigos para a coletividade, por serem transmissíveis. Então, o controle de doenças interessa ou ao indivíduo ou à sociedade. O indivíduo não tem o direito de recusar o tratamento de uma enfermidade quando esse tratamento interessa à sociedade.